

ROBERTO MACEDO

ESTADO DE SÃO PAULO

ESTADO DE SÃO PAULO

Onde está o pote

A agenda econômica de fim de ano, normalmente cheia, tem sido sobrecarregada pelo acirramento do debate sobre a política econômica, numa situação estimulada pelos desdobramentos do Plano Real. Um caso interessante são as reuniões de confraternização anual de entidades empresariais, nas quais se nota que seu objetivo frequentemente cede lugar a uma destilação de queixas contra o go-

verno. Percebe-se que muitos empresários estão sentindo as dores da abertura econômica, estimulada por tarifas de importação mais reduzidas e por uma taxa de câmbio sobrevalorizada, ao mesmo tempo em que a taxa de juros permanece muito elevada. A queixa é maior entre os exportadores, que, juntamente com os juros altos e o dólar barato, enfatizam também o peso de uma carga tributária que grava as exportações e o alto custo dos transportes internos e do sistema portuário.

Dessas e de outras reuniões, o que costuma sair são reivindicações específicas. Uns querem o câmbio favorável, outros pedem juros mais baixos, há os que insistem na redução de impostos e de outros custos, existe gente que deseja tarifas aduaneiras mais elevadas, e por aí afora. Às vezes, tudo é reivindicado ao mesmo tempo, em longas lis-



O Estado desempenha o seu papel de forma ineficiente e iníqua

tas apresentadas às autoridades governamentais.

Tem faltado, contudo, uma visão de conjunto. Essas reclamações pontuais frequentemente ignoram que o grande problema que está por trás de tudo isso é o da necessidade do ajuste fiscal no sentido lato, inclusive com reformulação do papel do Estado na economia. Assim, juros bem mais baixos e próximos de níveis internacionais só terão sustentação se o grande to-

mador, que é o governo, se ajustar e se retrair do mercado financeiro, onde, com seu perfil de concordatário, representa um alto risco, demonstrado pelo seu currículo de calotes, moratória e confisco. Esse currículo assustou também os poupadores, e com isso a poupança financeira da economia se retraiu. Assim, com uma oferta de poupanças escassa e com a demanda concentrada num grande tomador de alto risco, os juros tendem a ser mais altos, embora aqui estejam altos demais. Para reestimar a poupança financeira, reduzir a demanda do governo, diminuir seu risco e, conseqüentemente, os juros, um caminho é inevitável: o do ajuste fiscal, que se deve estender ao patrimonial, com o governo reduzindo a sua dívida pela via da desestatização. O que é, aliás, o procedimento usual dos concordatários: vender ativos para reduzir passivos.

A relação entre câmbio e ajuste fiscal é ainda menos percebida. Mas com os juros muito altos, decorrentes do papel que o governo exerce no mercado financeiro, um enorme fluxo de dólares, atraído por esses juros, inunda a economia, e isso provoca a queda da taxa cambial. Assim, o ajuste fiscal, pelo seu impacto sobre os juros, é também imprescindível para a sustentação do câmbio. Aliás, um estudo recente, veiculado na publicação *World Economic Outlook*, do FMI, mostra que os países que realizaram o ajuste fiscal tiveram condições de sustentar a taxa de câmbio e de evitar barreiras ao fluxo de capitais, enquanto aqueles que não o fizeram tiveram de colocar mais barreiras para impedir a contínua deterioração da taxa cambial.

Já o excesso de impostos e suas complicações e distorções, inclusive o ônus que causam às exportações, requerem, obviamente, uma reforma tributária que integra o elenco de medidas que compõem o ajuste fiscal. Por sua vez, a redução de custos, como os de transporte e portuários, também exige uma reformulação do papel do Estado, em particular na área dos portos, no gerenciamento do sistema de transportes e na questão do monopólio estatal do petróleo. Finalmente, o enfrentamento das tarifas mais baixas pode ser facilitado se forem realizadas as correções de câmbio, juros, impostos e dos demais custos apontados acima.

Não se nega a presença de questões bem específicas, como, por exemplo, a justificável reação de comerciantes e produtores contra a

transformação do correio em lojas do tipo "duty free", com uma isenção descabida para compras até US\$ 100, mais o privilégio de não pagar IPI e ICMS. Ou seja, aos comerciantes do Exterior, como os de Miami, se concedem essas facilidades; os daqui têm de recolher impostos. A abertura da economia deve ser feita abrindo-se os portões com cautela, para evitar o tumulto da invasão. Nesse caso das importações pelo correio, além de escanear os portões, o governo está derrubando o muro.

Toda essa energia envolvida nas reclamações pode ser um fator altamente positivo para o País se forem dirigidas para esse problema comum que é a necessidade do ajuste fiscal. Assim, o que estou sugerindo é que as entidades de classe empresariais, e de trabalhadores, que também são prejudicados, deveriam definir sua estratégia reclamatória vendo os problemas do seu conjunto e concentrar suas baterias no ajuste fiscal.

Com sua visão vendada pelos problemas mais próximos, elas atacam aqui e acolá, qual no jogo de quebra-pote, distribuindo cacetadas a esmo, mas sem muita noção de onde está o verdadeiro alvo. Se conseguirem enxergar melhor, perceberão que o pote a quebrar é o do desajuste fiscal e de um Estado que desempenha o seu papel de uma forma ineficaz, ineficiente e iníqua.

■ Roberto Macedo é professor da FEA-USP e da Universidade Mackenzie e pesquisador da Fipe e do Instituto Fernand Braudel, ligado à Faap